

Brumadinho são muitas: existências e resistências em um contexto marcado pela Minero-Dependência

Frederico Dornellas Martins Quintão
fredericodmq@gmail.com

Armindo dos Santos de Sousa Teodósio
armindo.teodosio@gmail.com

André Luis Freitas Dias
alfreitasdiasufmg@gmail.com

Resumo:

A mineração na América Latina remete a práticas de colonização que ainda produzem reflexos nos dias de hoje. Brumadinho é um caso emblemático sobre esse processo. A cidade é habitada por povos tradicionais, agricultores, reforma agrária em áreas de mineradoras, museu de arte em antigas cavas, mineração em área de preservação e mais recentemente um rompimento de barragem devastador. Portanto, o objetivo do estudo é compreender como os modos de vida e existências tem se organizado e resistido face a Minero-Dependência no território. Para isso, o estudo adotou uma metodologia de estudo de caso aprofundado, ouvindo a população mais vulnerável e acompanhando mobilizações coletivas para identificar quais são as violências sofridas e suas formas de resistência. Os resultados apontam que Brumadinho é um território com forte histórico de resistência a mineração, com alternativas socioeconômicas de vida estabelecidas desde a criação da cidade e ainda presentes no dia de hoje. O rompimento da barragem evidenciou vulnerabilidades existentes e trouxe novos conflitos com a chamada indústria da tragédia. Novas pesquisas apontam a necessidade de se investigar as lacunas nos processos de reparação, bem como as melhores práticas para se conduzir a reconversão sócio-produtiva dos territórios de mineração.

Palavras-Chave: Minero-Dependência; Resistência; Alternativas; Mineração; Desenvolvimento.

1 Introdução

Em 25 de janeiro de 2019 aconteceu uma nova tragédia-crime no setor mineral brasileiro. Desta vez, a cidade de Brumadinho-M.G. foi o contexto no qual mais uma barragem de rejeitos de mineração se rompeu, ceifando vidas humanas e a vida animal e vegetal. Evento trágico acontecido poucos anos depois do também crime perpetrado por uma corporação mineradora em Mariana-M.G, esse segundo ato de destruição causou ainda mais perplexidade pela recorrência.

No entanto, quando investigações fundadas na perspectiva crítica em Estudos Organizacionais voltam seus olhares para a realidade e o cotidiano (Certeau, 1994) de territórios nos quais a mineração constitui sua história, sobretudo no estado que leva em seu nome a herança e a memória mineradora, Minas Gerais, a recorrência dessa necropolítica assassina de várias formas de vida torna-se menos surpreendente, ainda que não deixe de despertar em todos os sujeitos investigadores, comprometidos com a pesquisa voltada à transformação social, a perplexidade, a indignação e aquilo que Teotônio Vilela chamava de “ira santa” nas lutas sociopolíticas.

Quando se acessa as pesquisas e reflexões realizadas por vários pesquisadores baseados na América Latina, como Araóz (2020), Svampa (2019), Acosta (2006) e Gudynas

(2009) que recorrem em maior ou menor proporção à uma clivagem decolonial em suas análises, descortina-se uma tragédia de expansão do extrativismo e suas utopias desenvolvimentistas. Isso permite a compreensão de que extrativismo, grandes empreendimentos corporativos e estratégias organizacionais fundadas, conscientemente e inconscientemente, na necropolítica são marcas indelévels da história latinoamericana, do que se chama de desenvolvimento em vários países desse continente e também e sobretudo das Minas Gerais.

Conflitos territoriais advindos das forças produtivas também são estudados por autores do “Critical Management Studies”, que se preocupam em elucidar os mecanismos que grandes empresas adotam para maximizar seus lucros: Externalizar custos, uso de violência, geração de valor para grupos minoritários, discrepância entre bem estar social e crescimento econômico, controle de narrativas das resistências e fraqueza estatal (Banerjee, 2008; 2017, Chowdhury, 2019; Martínez-Alier et. Al. 2020).

Assume-se, na presente pesquisa, que nos territórios quais a presença da mineração é recorrente desenvolve-se a chamada Minero-Dependência, um fenômeno que não se resume à dependência econômica da atividade de mineração (Coelho, 2017, 2012), mas também se relaciona ao exercício de um poder de sedução, envolvimento socioemocional, afetivo e cultural que consolida o desenvolvimento por meio da mineração como história, memória e destino, quase inquestionável, em direção a um futuro de modernização, que nunca chega ou chegou a esses territórios ao redor do mundo.

Porém, onde poderes se constituem, se erigiram também contrapoderes, mesmo em condições e contextos desfavoráveis para às lutas sociopolíticas (Banerjee, 2017; Chewinsky, 2019; Martínez-Alier, 2020). Muitas das lutas, resistências e contenções de indivíduos, comunidades, coletivos, movimentos e diferentes formas de se organizar a luta sociopolítica estão presentes em diferentes formas de existência nos territórios que tem a mineração em seu seio. No cotidiano desses territórios encontram-se comunidades e formas de vida que são rotuladas, estereotipadas e discriminadas como arcaicas, não modernas, não desenvolvidas, atrasadas e fadadas ao desaparecimento para que o suposto desenvolvimento advindo do extrativismo e da mineração se implante em definitivo nos territórios (Zhourri, Laschefski, 2010; Dias, Oliveira, 2018).

O presente artigo, que se funda na pesquisa qualitativa de natureza engajada, busca compreender como formas de vida, existência e resistência tem se organizado no cotidiano desses territórios face a Minero-Dependência. Um município no qual as mazelas do país se reproduzem em seu microcosmo, na medida em que abriga quatro comunidades quilombolas, dois assentamentos agrários, uma aldeia Pataxó, condomínios com moradores de classes ricas e abastadas, ruralidades marcadas por pequenos agricultores, um organização da indústria cultural e do turismo cultural e não orientado para as comunidades, o Centro de Arte Contemporânea Inhotim, e disparidades e desigualdades de renda, IDH e “Bem-Viver” relevantes entre seus territórios. Isso tudo tendo também as mineradoras e sua necropolítica há décadas em atuação no município.

Nos tópicos que se seguem à esta introdução são lançadas as bases teóricas da pesquisa, a partir de referenciais críticas decoloniais nos quais a mineração e o extrativismo são desvelados como ideologia desenvolvimentista. Em seguida, descrevemos o percurso metodológico que adota caráter de pesquisa engajada, compreendendo também que se trata de um território com pessoas que sentem, pensam e estão em situação desigual de participação no território. Por fim, os resultados apresentam 1) O histórico de conflito e resistência na cidade antes do rompimento da barragem, 2) Impactos do acordo e projetos de reparação conduzidos pelo estado e mercado 3) Formas de resistência da população local.

Referencial teórico

Mineração Primeva

Os povos originários da América Latina sempre tiveram uma relação de sacralidade, harmonia, bem estar e subsistência com a natureza e o ecossistema em que viviam. A chegada do colonizador, seja espanhol ou português, trouxe uma nova forma de se relacionar com o meio ambiente voltado para a alta acumulação e comercialização internacional de metais preciosos, cana de açúcar e outros produtos (Araóz, 2020; Svampa, 2019; Krenak, 2020).

Esse encontro de racionalidades diferentes com a natureza não foi a partir de uma guerra de conquista. Os colonizadores chegaram doentes e enfraquecidos, sendo acolhidos pelos indígenas. Com o passar do tempo, os primeiros aprenderam com os segundos a sobreviver na selva e identificaram os pontos onde havia riqueza (Krenak, 2020). A partir disso, iniciaram o processo de colonização por meio da violência.

Dois mecanismos de violência para a dominação dos povos são identificados por Araóz (2020) como a fé e o medo. A primeira foi exercida com a imposição da religião católica, de forma a docilizar os corpos, fazê-los coniventes com a nova forma de vida instaurada no território, mudando sua linguagem e forma de comunicar, e principalmente tornar-se “pecador” e menosprezando aqueles que obtinham uma relação harmoniosa e de sacralidade com a natureza.

A segunda, sustentada no medo, foi mecanizada a partir da ameaça à vida dos povos originários, principalmente com o uso de pólvora e armas que eram tecnologias de guerra de alta letalidade. Essa diferença tecnológica foi determinante para que os colonizadores se apoiassem em duas falácias para exercer o processo de dominação: A primeira era a crença e imposição de um pensamento de que a cultura e tecnologia dos povos originários eram inferiores e a segunda era de que os recursos naturais que haviam ali eram ilimitados (Araóz, 2020).

Posicionado esses mecanismos de controle, a violência se institucionalizou em formas materiais e simbólicas, afetando os modos de subsistência, crença, bem-estar e impondo a escravidão como única forma de vida possível a partir do estabelecimento da cultura europeia. O extermínio dos cultivos e contaminação ambiental foram determinantes para interromper a capacidade produtiva dos povos originários (Araóz, 2020).

Desde o período colonial até os dias de hoje, os indígenas mantêm uma relação de interseção do ecossistema com os corpos e sua cultura. A “força geradora” do novo mundo ou do descobrimento instalou novas formas de organização social, política, ambiental, cultural, hierarquias, religião, mecanismos de guerra e trabalho, principalmente ao pensar os corpos como meras ferramentas de produção (Araóz, 2020).

Portanto, a dominação e colonização dos povos produz efeitos diferentes nas organizações sociais de um território: A periferia colonial é lugar de violência simbólica e material, fornecedora de mão de obra e riquezas, ao passo que no centro imperial se concentra o poder absoluto do mercado e estado, onde há vida, luxúria, saber, ciência, protagonismo e valor de verdade (Araóz, 2020). Essa distribuição de prioridade e valoração é determinante para compreender onde estão os corpos descartáveis que são utilizados para a manutenção do poder (Mbembe, 2016).

Dessa forma, Araóz (2020) destaca que a colonização também é dividida em duas ações: o **Colonialismo** é composto por fatos sociais concretos como os conflitos e hierarquização social e racial nos territórios, fatos políticos, econômicos e apropriação da riqueza local, ao passo que a: **Colonialidade** é formada pelas narrativas e discursos sociais, estruturas institucionais e saberes técnicos, jurídicos, religiosos, filosóficos e políticos que se organizam e operam como legitimadores das visões dominantes.

De forma complementar, ao pensar os impactos da colonização para diversos modelos de desenvolvimento, as compreensões de Acemglu; Johnson e Robinson (2001) destacam que o fator determinante para a precarização da América Latina não foi exclusivamente a

extração de riquezas naturais, e sim a herança institucional deixada no território. Essa herança pode ser bem explicada pelo conceitos de colonialismo e colonialidade explicitados por Araóz (2020).

Dependência

Ainda que a chegada dos espanhóis na América remeta a 1492 e dos portugueses ao Brasil a 1500, ainda hoje existem riquezas naturais a serem exploradas, principalmente em terras indígenas. Uma série de minas e jazidas se esgotaram, outras tantas ainda estão em plena atividade, algumas perto de se esgotar. Não obstante, a falácia de que os recursos nunca iriam se esgotar se confirmou como tal e uma outra temática passou a ser discutida: A dependência dos territórios (principalmente da economia) com relação à atividade extrativa.

Discussões sobre o possível legado da mineração podem ser vistas nos escritos de Davis e Tilton (2005), estes tendo bastante enfoque na herança de infraestrutura e investimento em conhecimentos que podem ser produzidos com o grande volume dinheiro que as atividades movimentam. Infelizmente a América Latina não é considerada por eles um exemplo de sucesso das benesses que a mineração pode trazer, e veremos alguns motivos a seguir.

A princípio, a atividade extrativa ainda se manifesta como grande mobilizadora de recursos nos territórios, seja pelo inchaço na arrecadação do estado, seja pela quantidade de emprego gerada e pela circulação de dinheiro no comércio das cidades. Entretanto, o que ocorre é a fragmentação territorial e deslocamento do tecido social e econômico, vez que se perpetuam as desigualdades na relação de trabalho e gênero, aumenta a incidência de crimes, alcoolismo e prostituição (Svampa, 2019).

A dependência e subjugação dos territórios são camuflada com a aparência de progresso (Araóz, 2020; Svampa, 2019). Enquanto ocorre um boom de construções, aumenta o empobrecimento; hospitais são construídos e a saúde é deteriorada; escolas são levantadas com precarização nos níveis de educação; os saberes locais são silenciados e cooptados para priorizar uma economia importadora. A facilitação nas normas legais e altos incentivos financeiros do estado para com as grandes empresas favorece também a corrupção do estado, desvio dos interesses do bem público, incluindo a ameaça a cidadania (Banerjee, 2008)

Além disso, também ocorre esvaziamento territorial de riqueza, emigração de mão de obra que não quer se relacionar com a mineração, ao mesmo tempo em que a escassez de água e contaminação ambiental produzida pela atividade extrativa impedem a instalação de indústrias alternativas ou agriculturas tradicionais (Araóz, 2020).

Essa dinâmica é mantida e determinada pelos grupos e instituições com mais influência e capacidade de controle na tomada de decisão. A prática do “enclave” é bastante presente nos territórios minerados, vez que a empresa dominante da economia controla também os outros setores produtivos relacionados a sua atividade e impede que a população local tenha capacidade tecnológica, financeira e comercial para controlar as explorações locais (Araóz, 2020).

A inevitabilidade da mineração e a ideologia do progresso são suficientes para ignorar e invisibilizar as comunidades do território, tendo suas economias desvalorizadas e menosprezadas, sempre colocadas como inferiores perante ao ritmo extrativista, ao passo que o extrativismo e seus impactos socioambientais são determinantes para exacerbar as crises das economias locais, facilitando que outros atores de “desenvolvimento” ocupem e se apropriem dos territórios (Svampa, 2019).

Muitos enxergam no Estado a institucionalidade e o espaço social para que lutas e conquistas contra o modelo extrativista vigente sejam alcançadas. No entanto, cabe lembrar Svampa (2019), quando afirma que o Estado, seja no governo local, estadual ou nacional, nem sempre se constitui em agente de mudança, dando lugar a um posicionamento meramente

regulador, na qual interesses de forças políticas ligadas à corporações extrativistas e mineradoras se consolidam, mesmo quando parecem atender à exigências da regulação estatal e de supostas conformidades quando às demandas locais das comunidades e do movimento ambiental.

Esse fenômeno não seria apenas característica de um país, ainda que se manifeste com intensidade na América Latina. Caracteriza relação entre sociedade, Estado e corporações extrativistas, especialmente as mineradoras, em diferentes países do mundo, inclusive aqueles supostamente mais desenvolvidos, os chamados países capitalistas centrais (Temper et. Al, 2018); . Exemplo evidente disso seria o Canadá (Chewinsky, 2018).

Desenvolvimento é utilizado como força destrutiva e potencializadora da cobiça e vaidade, que seriam formas de ser e pensar sustentadas pelos colonizadores e que ainda se manifestam durante as relações de poder no território (Araóz, 2020). A ideologia desenvolvimentista também pode ser anti-democrática (Banerjee, 2008) e causadora de conflitos socioambientais (Temper et. Al. 2018). Os argumentos para enquadrar uma pessoa ou grupo como subdesenvolvidos são sempre baseados em argumentos classistas, racistas a partir do parâmetro do colonizador: “Você é atrasado porque não é igual a mim”, “Você não é europeu.” Ou “Você não se veste como eu” (Araóz, 2020).

Além disso, também são apontadas características institucionais de incapacidade ou ineficácia política, por corrupção ou clientelismo (Araóz, 2020). Por outro lado, alguns desses sintomas são heranças do processo colonizador e as cadeias de produção global buscam se isentar dos seus impactos negativos causados (Araóz, 2020; Acserald, 2018). Dessa forma, o empobrecimento institucional instalado nas colônias: “Não tem a ver com a carência eventual de certos bens ou com a insatisfação de necessidades, e sim com a deterioração secular, sistêmica, da capacidade produtiva das populações e dos territórios afetados” (Araóz, 2020, pág. 29).

Herança Extrativista na Modernidade

Outro termo que está intimamente ligado à compreensão de desenvolvimento, principalmente com às realidades da América Latina é o “Pós-Extrativismo”. Esse termo, desmembrado por Acosta e Brand (2018), revela as condições estruturais em que um território se configura com o final da extração de recursos naturais. Fato é que os países “em desenvolvimento” vivem uma lua de mel da exploração de suas riquezas naturais, exportando-as com baixo grau de beneficiamento e complexidade, para que outros lugares do globo avancem tecnologicamente. Durante esse processo, os conflitos sociais e impactos ambientais ficam sob responsabilidade do país explorado.

O dito “desenvolvimento” proposto por grandes empreendimentos e mineradoras, mesmo antes de esgotarem todos os recursos naturais, transforma negativamente os locais explorados, gerando riquezas para um grupo mínimo privilegiado e proporcionando empregos de má qualidade, escassez de recursos naturais, poluição, catástrofes e desigualdade para grupos vulneráveis (pobres, negros, indígenas, camponeses e trabalhadores). Parcela de problemas esses que ficam a cargo do estado solucionar posteriormente (Banerjee, 2008)

No discurso desenvolvimentista existe, portanto, um intenso conflito de interesses: de um lado, exploradores que possuem objetivos particulares, chegando a um território diferente do seu. Do outro, a comunidade que vive seus costumes e tem seu cotidiano alterado com a chegada de um explorador que tem objetivos diferentes para o meio em que vivem. O choque cultural demarca o processo de colonização que os europeus fizeram na América Latina, e que de acordo com Acosta e Brand (2018) segue a mesma lógica ainda na modernidade.

Acosta (2016) nos convida a pensar que o discurso desenvolvimentista possui raízes coloniais, uma vez que usa desse preceito para lançar mão de práticas segregativas. No caso do Brasil, isso pode ser observado com as ações de guerra e dominação usadas pelos

portugueses para minerar e explorar o país, usando e matando indígenas até que fosse necessário o uso de mão de obra africana e escravizada. O autor critica também a concepção de que o crescimento baseado em recursos naturais sem fim é puramente contraditório, porque os recursos são finitos e não conseguem atender a demanda de produção e consumo que a sociedade moderna impõe.

Como agravante, a maior parte da população do território não tem acesso direto a toda a gama complexa e sofisticada de produtos na qual a cadeia de produção global executa. São ritmos fabris e de desenvolvimento tecnológico que buscam atender ou criar demandas de mercado e não solucionar problemas socioambientais antigos ou os que são criados com esse ritmo acelerado. A própria humanidade não dá conta de processar as novidades e se angustia com itens tidos como indispensáveis para o bem-estar social, mas que se reformulam constantemente, sendo inalcançáveis a todo tempo (Acosta, 2016).

Do ponto social, essa lógica desenvolvimentista não parece funcionar bem na prática, com geração de empregos, com más condições de trabalho e aumento da angústia pela falta de bens materiais. O meio ambiente não consegue suprir toda a demanda da extração de matéria-prima, aliada ao desmatamento, poluição de rios e ar e aquecimento global. Dessa forma, pergunta-se; qual sustentabilidade vivemos? A proposta do “Bem Viver” busca equacionar esse dilema, sem apresentar “receita de bolo” para que seja possível melhor condições de vida nos territórios explorados, baseado em uma lógica de tomada de decisão coletiva e que respeite as limitações e particularidades do espaço socioambiental que o grupo se insere (Acosta, 2016).

A narrativa do desenvolvimento foi muito explorada pelo presidente Truman. Usou-se esse conceito para dizer que existiam países distribuídos pelo globo que não estavam no mesmo estágio de complexidade material que os Estados Unidos; portanto, eram inferiores e precisavam ser incluídos na cadeia de produção global deles. É preciso destacar que não alcançar o mesmo estágio material não significa que as pessoas viviam mal; elas só não viviam da forma que o norte-americano desejava.

A grande crítica a esse panorama é de que a inclusão em uma cadeia produtiva com os Estados Unidos (ou outros países que se intitulam desenvolvidos) significa que os outros países fornecerão matéria-prima ou mão de obra barata para elaborar produtos que serão posse das empresas internacionais, e que venderão caro o material acabado para os mesmos fornecedores. Além disso, o passivo socioambiental proporcionado pela extração de riqueza ficará a cargo dos países explorados; é o que Acosta e Brand (2018) e Escobar (2005) chamam de: pós-desenvolvimento ou pós-extratativismo, que foram discutidos anteriormente nesse artigo.

Re-existências

Chama a atenção também o fato de que as políticas progressistas ou socialistas não tiveram êxito em equacionar as questões da desigualdade. Dessa forma, Acosta (2016) busca resgatar na população indígena equatoriana de origem *Kichwa* uma outra forma de vida, que foi silenciada com a chegada dos colonizadores. Popularmente conhecido como “Bem Viver”, esse paradigma de vida está relacionado com a relação harmônica entre as populações e a natureza, bem como maior autonomia dos povos para ditar o ritmo de suas próprias vidas, impossibilitando que forças institucionais externas (Estado ou mercado) subjuguem-nos.

É preciso destacar que a proposta de se viver a partir dos paradigmas indígenas não é que se criem outras formas de acumulação de capital material, nem de redistribuição de renda. O princípio está em viver da forma mais democrática possível, respeitando as formas de vida e direcionamento das pessoas, incluindo aquelas mais necessitadas, também em respeito à natureza. Trata-se de repensar os processos políticos e de ações práticas que guiam grandes impactos socioambientais. Isso será possível a partir da evolução da racionalidade para o

pensar coletivo com respeito (Acosta, 2016).

O “Bem Viver” é colocado como uma proposta determinantemente contrária ao pensamento inalcançável de “desenvolvimento”, bem como suas variantes: sustentável, social, ambiental, econômico etc., uma vez que os países que se intitulam desenvolvidos padecem de mau desenvolvimento, com problemas sociais e ambientais graves, inclusive em seus países fornecedores de matéria-prima. Não se trata somente de incorporar nas ações burocráticas do Estado-nação ou de outras instituições o modo de ser-pensar indígena.

Para que essa transformação se ramifique e se torne efetiva, é necessário que haja possibilidades horizontais, escalares e replicáveis do ensino de uma forma de viver respeitosa ao coletivo. Descentraliza-se o poder repensando o exercício da democracia e paulatinamente também a cidadania. É preciso repensar a estratégia de ação e não fazer melhor a estratégia que está dando errado. “Aqueles se veem ameaçados em seus privilégios não cessarão em combatê-las” (Acosta, 2016, p. 15).

A importância de se fortalecer práticas de resistência coletivamente e com grande participação dos públicos mais interessados é fundamental para o sucesso da representatividade, de forma que respeite a pluralidade de demandas, uma vez que a via da representação por ONGs totalizantes pode incorrer no abandono de causas sociais em função de projetos políticos maiores (Chewinsky, 2018), por vezes indo contra a compreensão de que a lógica de compensação financeiras não cessa o conflito, uma vez que as pessoas possuem valores e demandas que vão para além da questão monetária (Temper et. Al. 2018)

As novas resistências são pautadas e fundamentadas de forma comunitária, sociabilidade, caridade, equidade, experimentação coletiva, respeito e preservação do bem comum, extrapolando conceitos, relações ou paradigmas sustentados no estado e mercado (Svampa, 2019). Além disso, essas resistências também possuem um bom relacionamento com a natureza, apoiados em reciprocidade com as pessoas e diálogo com saberes diferentes dos seus. São linguagens construídas pela população e priorizando o bom relacionamento entre as pessoas (Svampa, 2019).

Percurso Metodológico

Para compreender as formas de relação dos grupos populares mobilizados e mais vulneráveis do território, lanço mão de uma investigação com enfoque qualitativo, de forma a compreender em cada articulação a particularidade dos seus atores sociais, organizações, coletivos ou associações, bem como sua forma de compreender quais são os modos de vida silenciados e ofuscados pela extração mineral e quais são as formas de expressão que esses sujeitos encontram para preservar sua própria história. Para que isso seja possível, será realizado um estudo de caso em profundidade na cidade de Brumadinho, buscando apreender melhor as particularidades de seus diversos bairros, regiões, grupos e mobilizações.

Em meio a tantos atores em disputas de narrativa nos territórios, a opção pelo enfoque qualitativo é fundamental para responder qual é a significação que a própria sociedade impactada tem sobre o legado da mineração em seus territórios, sendo necessário então que o próprio “objeto de pesquisa” diga sobre o que foi vivenciado por ele e qual o sentido que pode ser atribuído, sendo o pesquisador aquele que proporciona um espaço de elaboração coletiva sobre o tema estudado (Yilmaz, 2013).

Por outro lado, para que essa compreensão seja realizada satisfatoriamente, é necessário lançar mão da pesquisa engajada (Pozzebon, 2018; Cunliffe, 2020), visto que os pesquisadores em questão estão inseridos e em atuação constante nos territórios investigados, proporcionando maior integração nos modos de ser-fazer das sociedades, além de ter mais facilidade para apreender a cultura de cada grupo individual e suas implicações para o corpo unificado dessas instituições no espaço.

Um dos investigadores tem laços familiares e de amizade com moradores de

Brumadinho. Ambos os pesquisadores, desde a tragédia-crime de 2019 em Brumadinho se envolveram em lutas sociopolíticas no município, tendo algumas dessas lutas entrelaçamento com projetos de extensão e de pesquisa desenvolvidos por uma das universidades que orientou seus projetos para essa realidade territorial. Em especial, destaca-se o envolvimento dos pesquisadores com a articulação “Eu Luto, Brumadinho Vive”, que em conjunto com outros movimentos, organizações e coletivos em atuação em Brumadinho desenvolvem uma série de ações desde 2019, com destaque para um mapeamento de movimentos, associações e formas de existência no território.

O envolvimento dos investigadores com métodos participativos e relacionamentos comunitários, que ficará mais claro nas partes que se seguem no presente artigo, traz elementos relevantes para a compreensão dessas formas de existir e resistir no cotidiano dos territórios. Além disso, os métodos participativos se constituem uma abordagem de pesquisa qualitativa baseada na interação entre sujeitos investigadores e sujeitos investigados, na qual comunidades e atores locais assumem o protagonismo na produção de seus saberes e sua compreensão do cotidiano e das formas de existência e resistência a partir de seu lugar no espaço, no tempo e no território (Andrade & Carneiro, 2009; Goldstein, Barcellos, Magalhães & Gracie, 2013).

Além disso, reforça-se o compromisso de compreender as pessoas em relacionamento na pesquisa como seres que sentem e pensam ao mesmo tempo (Borda, 2014, 1987, 1984), estão em uma posição de vulnerabilidade na complexidade das relações sociais e econômicas (Freire, 2001) e assumindo uma responsabilidade ética do pesquisador em garantir que essas pessoas sejam implicadas na pesquisa como sujeitos ativos e construtores de uma práxis capaz de mobilizar suas potências no cotidiano que podem resultar em lutas emancipatórias (Freire, 2001; Pozzebon & Petrini, 2013; Borda, 2014, 1987, 1984; Cunliffe, 2020).

Para complementar as informações obtidas foi realizada uma pesquisa documental em reportagens, relatórios técnicos, notas e manifestos de grupos de atingidos, consulta a sítios eletrônicos de instituições locais e regionais e participação em audiências públicas. A opção por diversas fontes de informação é fundamental para que os dados coletados possam ser melhor triangulados aumentando a confiabilidade e validade do estudo (Fusch & Ness, 2015).

O contexto da pesquisa são os territórios existentes no município de Brumadinho, Minas Gerais, que em 2019 teve em seu seio uma das maiores tragédia-crime do setor de mineração brasileiro, com a ruptura da barragem de rejeitos do Córrego do Feijão da corporação Vale.

Análise dos resultados

Breve história de Brumadinho

Apesar de ser uma cidade com 40.000 habitantes, é costumeiro ouvir da população que “Brumadinho são muitas”, sendo difícil generalizar a população devido a sua diversidade geográfica, étnica e histórica. Pelo IBGE, a cidade é dividida em 8 Unidades de Habitação (UDH), sendo elas: 1) Antiga Senzala, 2) Casa Branca Rural, 3) Centro/Expansão Urbana, 3) Sede, 4) Retiro das Pedras, 5) Conceição de Itaguá, 6) Marinheiros, 7) Piedade do Paraopeba, 8) Tijuco. A identificação por diferentes UDHs se justifica ao passo que a distribuição do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) se dá de forma desproporcional no território: a região central e os condomínios possuem menor vulnerabilidade enquanto a zona rural destaca precariedades de infraestrutura, capital humano e renda.

Entretanto essa compreensão é apenas uma das formas de entender a diversidade da população local, composta de comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, agricultores, apicultores, artistas, movimentos de defesa do meio ambiente e valorização da vida, assentamentos de reforma agrária e grupos de diferentes espiritualidades.

A busca por modos de vida diferentes da indústria extrativa sempre foi presente na cidade. Seja pela vocação logística, turismo, artes e agricultura (esta última se manifestando por meio de assentamentos de reforma agrária e pequenos e médios agricultores). Ao mesmo tempo em que existiam plantações de café e outras culturas, a atividade garimpeira marcada por contaminação ambiental e violência era presente (Dados da pesquisa, 2021).

Nos dias de hoje ainda é possível identificar contrastes na relação com a terra e pessoas no município: Um deles se manifesta por uma grande referência como museu de arte moderna e que foi estabelecido em uma antiga cava de extração de minério de ferro por seus próprios donos. Entretanto, a mesma iniciativa encontra registros de grilagem de terra, apropriação de patrimônios públicos, trabalho infantil e escravo, desmatamento ilegal, apropriação de terras de agricultores e monocultivo de eucalipto que gerou escassez de água (Dados da pesquisa, 2021; Lara, 2018).

Outro ponto de encontro entre agricultores e empresas extrativistas na região de Brumadinho pode ser identificado em um assentamento de reforma agrária que se estabeleceu nas áreas das empresas Comisa e MMX, do empresário Eike Batista.

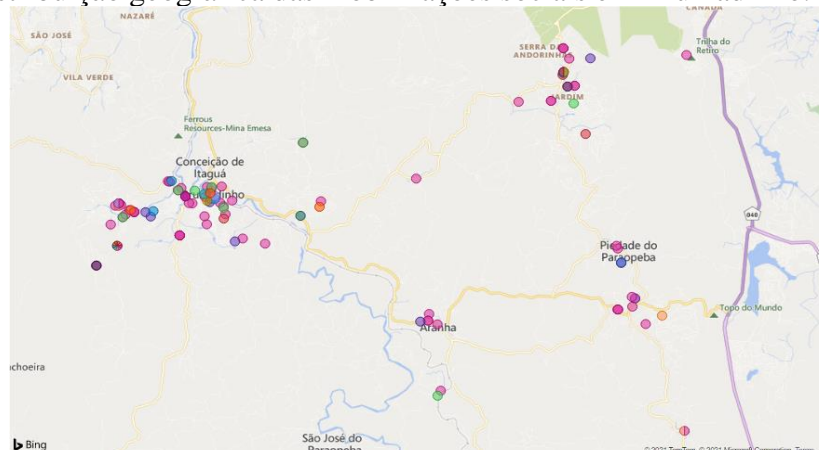
Brumadinho era conhecida por ser uma cidade de parada, ponto de encontro de comerciantes para a logística cafeeira e de outros insumos agropecuários. A chegada da mineração fez com que todos os esforços de mão de obra fossem alocados para a nova “vocação”. Entretanto, a água também sempre foi foco de debate na cidade, capitaneado pelo Movimento Águas e Serras de Casa Branca. Por outro lado, em 2019, uma barragem da Vale S/A se rompeu em Brumadinho matando imediatamente 272 pessoas.

Esse crime foi impactante para toda a população da cidade, que nos primeiros meses tinha dois objetivos: cuidar dos enlutados e superar a dependência e relação que o território tem com a mineração (Dados da pesquisa, 2021). Além dos próprios moradores, um grande volume de movimentos sociais e pesquisadores adentraram o município para dar voz e tomar voz dos atingidos, levantando diversas pautas e movimentando o que pode ser chamado “indústria da tragédia”.

Território e organizações da sociedade civil

Como forma de identificar e evidenciar a sociedade civil presente no território e as articulações criadas no pós-rompimento da barragem para reparação de alguns dos seus efeitos socioambientais, foi criada uma articulação inter-institucional, envolvendo universidades e um coletivo criado no pós-rompimento. O trabalho mapeou 152 iniciativas consolidadas antes e pós-crime, com CNPJ ou não, com bastante concentração de associações comunitárias, movimentos de defesa do meio ambiente estabelecidos antes do rompimento da barragem e projetos de reparação do crime.

Figura 2. Distribuição geográfica das mobilizações sociais em Brumadinho.



Fonte: Portal, 2021. Extraído dia 01 de junho 2021 às 14h

Um fator que chama atenção na composição do georreferenciamento das iniciativas sociais de Brumadinho é a alta concentração de ações sediadas na Sede, Centro e Casa Branca, regiões que tem menor vulnerabilidade social no território. Entretanto, apesar de algumas estarem sediadas nessas regiões, o seu campo de atuação é de âmbito municipal e focado em regiões mais carentes.

A princípio, foi possível identificar que existe um forte trabalho em rede entre os grupos e que o foco principal de atendimento envolve diversas classes sociais e demandas variadas, existindo uma maior predominância de agricultores, crianças, mulheres e idosos, sendo estes contemplados para atendimento por demanda ou situação de vulnerabilidade.

Algumas dificuldades encontradas pelas iniciativas são principalmente a falta de legitimidade com relação ao poder público, assessoria técnica e instituições de justiça em participar das mesas de negociação para a reparação do crime; Dificuldade em conscientizar a população e espalhar informações já que as mesmas estão concentradas na prefeitura; Aumentar a participação efetiva da comunidade, principalmente em contexto de pandemia e por último, a Vale ainda continua sendo uma ameaça às comunidades principalmente quando existe a possibilidade de ela voltar às operações.

As principais demandas levantadas por esses grupos foram relacionadas a 1) Saúde física e mental, dúvidas com relação a contaminação do ar e água, além da escassez dessa última. 2) Educação e Emprego/Renda, 3) Cidadania, participação social, transparência, assessoria jurídica, acesso à internet e mobilidade urbana.

Cabe ressaltar a distribuição territorial desigual dessas demandas, uma vez que aparecem principalmente na zona rural e que as demandas estão interligadas. Um mesmo território possui três ou mais vulnerabilidades relacionadas, como a escassez e/ou poluição da água, insegurança alimentar, falta de pavimento no bairro e baixo acesso a sinal de internet ou telefone, o que afeta diretamente as capacidades de articulação e participação social, uma vez que o contexto de pandemia exige o distanciamento social e tem-se utilizado conferências virtuais para garantir essa mobilização.

Acordos e Reparação

Os moradores de Brumadinho caracterizam que a tragédia de 2019 se manifestou em duas ondas: A primeira onda do rejeito causando, destruição socioambiental repentina e devastadora. A segunda é da reparação, lenta e que continua a perpetuação de violações de direitos humanos, principalmente com relação a participação no processo de reparação. Aos atingidos não é dado espaço de fala e decisão nos projetos: são obrigados a aceitar acordos e ações estabelecidas por instituições de justiça, governo do estado, assessoria técnica e Vale, que não os consultam e tampouco reparam os danos causados.

Um dos projetos apresentados para os agricultores na cidade no pós-rompimento com articulação da Vale e poder público foi questionado e não avançou: os agricultores alegavam que o projeto não forneceria uma rede de produtores e consumidores, não resolveria a dúvida sobre contaminação da água e terra, não forneceria investimento ou acesso a infraestrutura. Por fim, o questionamento era: “se nada fosse oferecido, o interesse das instituições era apenas em obter uma foto de horta bonita?”.

Outra ação oferecida pela Vale e outras instituições aos agricultores da cidade foi o de incentivo à plantação de flores. Essa proposta não está em conformidade com as vocações e demandas dos produtores locais, que questionaram o auto uso de agrotóxicos na plantação de flores, sendo nocivo a saúde dos agricultores. Também há alta incerteza de mercado, uma vez que as flores são muito demandadas para eventos e nesse contexto de pandemia e isolamento social não é possível realizar eventos.

O acordo estabelecido entre governo de Minas Gerais e Vale, mediado pelo Ministério Público e Defensoria Pública, foi celebrado com louvores por essas instituições, definindo um valor de R\$ 37,68 bilhões para reparação do rompimento da barragem em 2019. A proposta do governo era de R\$ 55 bilhões e a Vale almejava R\$ 29 bilhões. Apesar de ser apontado como o maior acordo feito na América Latina para reparação e um dos maiores do mundo, esse processo não contou com a participação dos atingidos e a menor parte dos valores será direcionada para Brumadinho (Bouças e Goés, 2021).

Um dos projetos que será mobilizado pelo governo de Minas Gerais é o da construção de um Rodoanel na região metropolitana de Belo Horizonte. Dos custos de R\$ 4,5 bilhões, R\$ 3,5 seriam pagos pela Vale dentro da quantia total do acordo. A alça sul do rodoanel é uma das mais contestadas pela população e movimentos sociais, por prever impacto ambiental direto em serras, com perfurações para túneis e terminar seu traçado afetando diretamente Brumadinho, passando por cima de Casa Branca.

Movimentos sociais em defesa do meio ambiente alegam que existem traçados alternativos com menos impacto socioambiental, inclusive que não precise furar serras e áreas de preservação, sem passar por cima de bairros e remover pessoas (Bernardes, 2021). Outras pessoas ainda chamam o projeto de “Engodoanel”, “Rodominério” ou “Rodocaos”, alegando que essa proposta do rodoanel é mais benéfica para o governo do estado, adquirindo caráter de obra eleitoreira, e que também favorece o escoamento de minério da região, além do fato de que a serra perfurada seria dotada de um minério de alta qualidade, que seria direcionado às mineradoras.

O projeto do “Rodoanel” ameaça perfurar a Serra do Rola Moça que cerca um bairro de Brumadinho. É uma área de preservação ambiental mas que é ameaçada com o retorno de uma atividade mineradora no local. Sob o pretexto de descomissionar a barragem da antiga mina da Mineração Geral do Brasil (MGB), atendendo a recomendação e permissão do governo do estado após a tragédia de 2019 no Córrego do Feijão, a referida mineradora voltou às atividades na mina transportando minério para ser vendido a outras empresas.

Com monitoramento constante, moradores organizados da região em um grupo denominado “Rola Moça Resiste” denunciaram a atividade ilegal aos órgãos competentes do Governo do estado, que não se posicionaram ou nada fizeram para que o procedimento fosse interrompido. Apenas com intervenção de outras instâncias de justiça e órgãos federais foi possível que a MGB interrompesse a exploração e o fluxo de caminhões constante nas vias do parque.

Em Brumadinho, também é discutida entre instituições locais e poder público a instalação de uma fábrica para incineração de lixo hospitalar no distrito industrial da cidade (Dados da pesquisa, 2021). Entretanto, essa proposta incide em um alto impacto ambiental para o território como um todo e comunidades vizinhas. Além do manejo de resíduos tóxicos, os gases emitidos são altamente poluentes e a prática não é recomendada por especialistas (Cedefes, 2019).

Resistências, mobilização e alternativas

Resistência tradicional no território

Como demonstrado ao longo do artigo, a opção da população de Brumadinho por trilhar modos de vida diferentes da mineração remete desde à origem do município, sempre voltado à arte, cultura e agricultura. Estes dois últimos setores são interligados de certa forma, uma vez que é composto por pequenos e médios agricultores que movimentam o setor cultural promovendo festas das suas safras e são responsáveis hoje por 30% do abastecimento de agricultura de Belo Horizonte e região metropolitana, além de ser o 3º produtor de cítricos do estado e contar com aproximadamente 30 haras na região (Dados da pesquisa, 2021).

Além disso, o território conta com um assentamento de reforma agrária, com forte liderança feminina, instalado em uma área que antigamente era de mineração. Complementarmente, na bacia do Rio Paraopeba e vizinho a Brumadinho existe um outro assentamento de reforma agrária, também sob terras que antes eram de mineradoras. Essa junção da agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária são exemplos de resistência frente a modos de vida dominante voltados para a mineração, liderados por grupos vulneráveis de gênero e etnia, que estabelecem uma relação de respeito entre si e com a terra (Acosta, 2016; Araóz, 2020; Svampa, 2019; Mbembe, 2016).

Brumadinho também conta com quatro comunidades quilombolas, situadas na zona rural e estabelecidas há vários anos no município, vivendo sob a preservação da sua ancestralidade e espiritualidade, em meio à natureza e com relação de coletividade e respeito entre si e ao meio ambiente. São produtores de artesanato e cultivadores de subsistência, também outro exemplo de grupo historicamente marginalizado pela mineração, localizado na periferia do centro imperial (Araóz, 2020) e que mantém seus paradigmas de vida.

Campesinos e quilombolas fazem companhia e apoio também ao grupo indígena Pataxó Hã Hã Hãe, que se estabeleceu em um assentamento na cidade de São Joaquim de Bicas, vizinha de Brumadinho. Apesar de situados em Bicas, os indígenas frequentam o cotidiano de Brumadinho para vender seu artesanato e estabelecer relações e parcerias com outros grupos tradicionais. Anos antes do rompimento da barragem em 2019, uma das lideranças indígenas desse grupo relata ter recebido um chamado para cuidar da mãe natureza nessa região abastecida pelo Rio Paraopeba, que foi diretamente atingido pelo crime socioambiental.

Mobilizações comunitárias

Como demonstrado pelo mapeamento realizado pelo movimento Eu Luto, Brumadinho Vive em parceria com o Portal Diálogos, o território de Brumadinho é repleto de coletivos e associações, ativas, representativas e que contemplam também a zona rural. Esse tecido social sempre esteve mobilizado e resistente a novas incursões da mineração em áreas de preservação ambiental e bairros da zona rural, seja por poluição dos seus rios e cachoeiras com minério (Dados da pesquisa, 2021), além de demandarem intervenções socioambientais diferentes a cada local (Chewinsky, 2018).

O rompimento da barragem do Córrego do Feijão foi “anunciado” por alguns coletivos da cidade que contestaram o licenciamento ambiental do projeto um ano antes do crime. Grupos, associações e comitês da cidade se mobilizaram após a tragédia para se solidarizar, unir forças e reparar a violação que tinha acontecido e as que ainda estavam por vir. Entretanto, uma série de novos grupos que não tinham relacionamento com o território e as lutas já existentes chegaram à cidade reivindicando a representação dos atingidos ao mesmo tempo em que lhes estavam retirando o direito de fala.

Passados dois anos do crime, os grupos ainda estão mobilizados em dois grandes blocos de representatividade, com parcial ou nenhum envolvimento com a assessoria técnica determinada pelo Ministério Público, ao passo que a população questiona a atuação desses dois últimos citados, já que desde o rompimento se colocaram como representantes e apoiadores da comunidade, mas não lhes proporcionam direito de participação nas reuniões de reparação que não produziram reparações. Essa é uma das dificuldades que grandes entidades representativas encontram ao abandonar causas sociais em função de projetos políticos maiores, como destacado por Chewinsky (2018).

Constantemente os grupos comunitários da sede da cidade ou zona rural, grupos ligados ao atual governo ou da oposição, associação de familiares dos atingidos, comunidades quilombolas ou indígenas questionam a baixa participação nos diálogos com as instituições de justiça ou na elaboração das medidas de reparação. Ao mesmo tempo, péssimos projetos de

reparação ambiental, social ou psicológico são construídos como demonstrado ao longo do artigo. Banerjee (2017) atrela a baixa participação dos atingidos com a promoção de más decisões. Isso se deve também ao fato de que não existem estruturas de governança a níveis estaduais ou nacionais que garantem uma contemplação plena da participação popular. Esses mecanismos precisam ser criados a partir do conflito particular a cada território (Banerjee, 2017).

Ignorar os atingidos, cooptar e selecionar aqueles que devem ou não falar, seja por escolha da assessoria técnica, seja por determinação do Governo do estado ou das instituições de justiça a nível estadual ou federal, promovem de maneira escalar e sistemática o que Chodhury (2019) chama de “violência invisível”, já que existe um baixo grau de rastreabilidade das violações sofridas por mercado ou estado, suplantando as violências físicas e mentais oriundas da tragédia e amplificando questões socio-emocionais de populações que já possuem um histórico de marginalização.

Em contrapartida, as associações comunitárias são compostas por laços de solidariedade e aproximação com seus contemplados, principalmente os mais vulneráveis. Os movimentos e coletivos criados no pós rompimento da barragem possuem forte preocupação com a saúde mental, meio ambiente e valorização das pessoas atingidas, destacando a atuação de um coletivo focado principalmente no amparo das mulheres, mais atingidas e vulnerabilizadas, além de uma associação própria das famílias que perderam suas joias (Este é o termo utilizado pelos moradores da cidade que tiveram seus parentes vitimados com o rompimento da barragem no córrego do feijão).

Grupos e mobilizações são outro exemplo dos laços de cooperação, solidariedade, respeito as pessoas e ao meio ambiente, preocupação com mulheres, indígenas e moradores de zona rural. Como citado anteriormente, a literatura científica que investiga as violações e resistências nos territórios afetados pelo extrativismo reincide em dizer que essas práticas citadas são o único caminho e possibilidade de se viver bem em territórios de conflito (Acosta, 2016; Araóz, 2020; Svampa, 2019; Mbembe, 2016).

Brumadinho não é um caso de resistência, alternativa e violação com a mineração a ser estudado pura e unicamente pelo rompimento da barragem de 2019. O referido crime serviu como: 1) Holofote para evidenciar violações ancestrais e contemporâneas que ocorrem no território e que não pararam de acontecer com o rompimento; 2) Amplificador de vulnerabilidades socio-ambientais que já ocorriam oriundas do processo de extrativismo; 3) Violência direta aos grupos de agricultores que historicamente resistiam ao modo de vida da mineração.

A resistência à mineração não se desenvolveu após o rompimento. Ela é histórica e remete aos anos iniciais da constituição do município. A agricultura no território hoje equaciona a demanda por emprego e renda, respeito ao meio ambiente e formas de viver bem. A grande vocação econômica do município está contemplada em uma outra relação com a terra e a natureza. A grande alternativa é também social e ambiental, além de econômica.

Por coincidência ou não, grandes conglomerados de famílias que vivem da agricultura no território estão estabelecidos em áreas onde já foi propriedade da mineração; por isso, Brumadinho é um exemplo de resistência ao pós-extrativismo mesmo antes do rompimento da barragem. A tragédia proporcionou uma espetacularização da tragédia que é própria da corrida por recursos e manutenção de poder do centro imperial.

Evidenciando Brumadinho, o presente estudo conseguiu apresentar exemplos de sucesso do Bem Viver (Acosta, 2016) no Brasil, que remetem a uma prática anterior à chegada da mineração nos territórios e que pode perdurar, durante e depois, mesmo com o território em decréscimo. Também foi possível destacar como populações marginalizadas e colocadas como periferia colonizada pelos centros extrativistas apresentam uma relação de

respeito e subsistência com a terra, que não reforça e nem faz uso de violência, rompendo práticas de dependência simbólica e material com a mineração (Araóz, 2020).

Agricultura, cooperativismo, feminismo, ecologia, respeito e solidariedade são palavras-chave que guiam essas mobilizações, como apontado por Svampa (2019) ao refletir sobre as práticas de resistência frente ao extrativismo. Mobilizações coletivas a partir dos mais vulneráveis também são indicações do filósofo camaronês Achiles Mbembe (2016) para resistir às práticas de Necropolítica.

Além disso, busca-se no ponto de vista teórico, explorar uma aproximação entre as literaturas latino-americanas sobre o neo-extrativismo e decolonização com os autores do Critical Management Studies que produzem análises em âmbito global sobre os conflitos ambientais e lutas por justiça ambiental.

O estudo conclui que a agricultura e laços de cooperação, com escuta e participação dos mais atingidos e vulneráveis, são fatores determinantes para os processos de resistência e alternativas à Minerio-Dependência instaladas no território de Brumadinho. Compreendendo que esse é um estudo em andamento, as limitações da presente investigação estão contempladas por não inserir a escuta e análise dos argumentos postos pelo estado, poder judiciário e mineradoras sobre o fenômeno analisado.

Destaca-se também que o acordo feito pelas instituições de justiça, mineradora Vale e Governo do estado ganha novos capítulos a cada que dia que passa. As assessorias técnicas e as instituições de justiça ainda mantêm diálogo e audiências com a população de Brumadinho e os efeitos colaterais da segunda onda da tragédia, composta pela reparação, ainda está em curso e não é possível no momento calcular todos os seus impactos.

Para indicações de futuras pesquisas, indica-se: 1) Quais são as dificuldades de aproximação entre populações atingidas e órgãos do estado? 2) Como as instituições de justiça se posicionam nos conflitos socio-ambientais? 3) Qual é a eficácia e eficiência dos projetos de reparação em crimes corporativos? 4) Como construir projetos de reconversão produtiva que respeitem as populações mais vulneráveis?

Considerações finais

A realidade do pós-tragédia-crime em Brumadinho denota, que mesmo havendo a atuação de diferentes organizações estatais, da sociedade civil global, nacional e regional e consultorias e empreendimentos privados, todas com um discurso que informa uma intencionalidade de reparar e reconstruir o território, ainda perduram violações sistemáticas de direitos. Conforme já relatado em pesquisas semelhantes, após a lama destruidora da vida, advinda da ruptura das barragens de rejeitos, novas ondas de reparação se multiplicam em territórios nos quais a chamada “Indústria da Ajuda” se estabelece. E essas novas ondas trazem outras formas de violações do direito de existir nesses territórios, mesmo sob o manto da proteção e luta pelos direitos dessas comunidades.

Um dos principais fenômenos é a captura do direito de fala por parte de organizações e movimentos que antes não tinham uma presença no cotidiano do território. Mas, além disso, algumas ações de reparação acabam por reforçar no território aquilo que alerta Svampa (2019), quando fala da complementaridade entre mercado e Estado na manutenção de ordens desenvolvimentistas que em sua essencialidade agridem, destroem e colocam em xeque o direito de viver, existir e resistir ao suposto desenvolvimento advindo da modernidade extrativista e mineradora. Essa realidade se manifesta em Brumadinho nesses anos após a tragédia-crime de 2019.

Porém, potências também podem ser visualizadas, compreendidas e desveladas nos diferentes territórios de Brumadinho, desde que para tal a pesquisa crítica, reflexiva e engajada de forma a se orientar mais radicalmente para a centralidade, protagonismo e autonomia dos atores locais seja desenvolvida.

No presente artigo, busca-se esse esforço reflexivo e essa postura epistemológica e metodológica. Procurou-se desvelar diferentes formas de se organizar resistências e vivências no cotidiano dos diferentes territórios de Brumadinho (Carrieri, Maranhão, 2009; Carrieri, Perdigão, 2014; Certeau, 1994). Cada uma dessas formas de organizar a partir de uma “gestão ordinária” (Carrieri, Perdigão, 2014) e do cotidiano, indicam para a comunidade de pesquisadores em Estudos Organizacionais que utopias anti-mineração, anti-desenvolvimentismo, anti-gerencialismo e anti-mercadorização da vida e dos corpos continuam a existir e resistir nos territórios que tem a mineração em sua história e memória.

Os resultados da presente pesquisa indicam que a Minero-Dependência não pusilânime em sua destruição, captura a manutenção de sentidos, sentimentos e identidades como dependentes e fadadas à mineração, fadadas à se submeterem à ideologia modernizadora e desenvolvimentista do extrativismo minerador. Mesmo sem conseguir avanços decisivos na interação com o Estado e com o mercado, formas com diferentes graus de organicidade e múltiplos formatos de “gestão ordinária” tem conseguido romper barreiras de invisibilidade dentro e fora do território, superar obstáculos históricos da cultura política brasileira na construção de lutas progressistas e se contrapor à mineração como forma inexorável de viver, trabalhar, sobreviver e progredir em um território.

Espera-se que os achados da presente pesquisa, que ainda pretende colher mais frutos no futuro, com o avanço da história da pós-tragédia-crime em Brumadinho, possam inspirar mais e melhores pesquisas nos estudos organizacionais, fortalecendo a importante agenda de pesquisa sobre desenvolvimentismo, extrativismo, mineração, pesquisa engajada, “gestão ordinária”, cotidiano e formas de existência e resistência. O mais importante nos avanços dessa agenda de investigação é que os novos estudos também busquem, sem idealizações e devaneios distantes da realidade de pesquisa e da economia política da construção de conhecimento, novos avanços nos saberes construídos a partir da autonomia, protagonismo e centralidade dos atores locais.

Referências

- Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. A. (2001, december). The Colonial Origins of Comparative Development: an Empirical Investigation. *The American Economic Review*, 91(5), 1369-1401. Recuperado de: <https://economics.mit.edu/files/4123>
- Acosta, A. (2016). *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. (T. Breda, Trad.). São Paulo: Autonomia Literária/Elefante.
- Acosta, A., & Brand, U. (2018). *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Editora Elefante.
- Acserald, Henri. (2018) Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neo-extrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro. Garamond.
- Andrade, E. D. V.; Carneiro, A. F. T. A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo. *Bol. Ciênc. Geod.*, sec. Artigos, Curitiba, 2009, v. 15, no 3, p.410-427, jul-set.
- Araóz, H. M. (2020) *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Elefante. 324 p.
- Banerjee, S. B. (2007). Transnational power and translocal governance: The politics of

corporate responsibility. *Human relations*, 1-26.

Banerjee, S. B. (2008). Corporate Social Responsibility: The good, the Bad and the Ugly. *Critical Sociology*. 34 (1) 51-79.

Bernardes, I. (2021). Amda apresenta estudo com proposta alternativa para Alça Sul do Rodoanel. *Em.com.br*. Recuperado em junho, 03, 2021 em https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/03/interna_gerais,1242986/amda-apresenta-estudo-com-proposta-alternativa-para-alca-sul-do-rodoanel.shtml.

Borda, O. F. (1987). *Ciencia propia y colonialismo intelectual: los nuevos rumbos*. (3a ed.). Bogotá: Carlos Valencia.

Borda, O. F. (1994). *El Problema de como investigar la realidad para transformarla por la praxis*. (7a ed.). Colombia: Tercer Mundo.

Borda, O. F. (2014). Ciencia, compromiso y cambio social. In *Polis [online]*. 2014, vol.13, n.38, pp. 637-641. (Vol. 13, Issue ISSN 0718-6568.). <http://www.scielo.cl/pdf/polis/v13n38/art29.pdf>

Bouças, C.; Goés, F. (2021, fevereiro 4). Vale e governo de Minas fecham acordo de R\$ 37,68 bilhões por Brumadinho. *Valor.globo.com*. Recuperado em junho 02, 2021, em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/02/04/governo-de-mg-e-vale-fazem-audiencia-de-conciliacao-sobre-brumadinho.ghtml>

Carrieri, A. P.; Maranhão, C. M. S; Murta, I. B. D. (2009). Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte, *Revista de Administração Pública – FGV EBAPE*, Rio de Janeiro, 43 (6), 1315-1342.

Carrieri, A. P.; Perdigão, D. A.; Aguiar, A. R. C. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Rev. Adm. (São Paulo)*. vol.49, n.4, 698-713.

Cedefes. (2019). Basta de incineração de resíduos tóxicos em Sarzedo, MG, pela empresa ECOVITAL. Recuperado em junho, 03, 2021 em <https://www.cedefes.org.br/basta-de-incineracao-de-residuos-toxicos-em-sarzedo-mg-pela-empresa-ecovital/>

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer* / Michel de Certeau; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes.

Chewinsky, M. Coordinating Action: NGOs and Grassroots Groups Challenging Canadian Resource Extraction Abroad. *Voluntas* (2019) 30:356-368 <https://doi.org/10.1007/s11266-018-0023-x>

Coelho, T. P. (2012). Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. *Revista Intratextos*, 3, 128-146. doi: /10.12957/intratextos.2012.3140

Coelho, T. P. (2017) Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, 1(3), 1-8. Recuperado de: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Coelho-2017-Min%3%a9rio-depend%3%aancia->

e-alternativas-em-economias-locais-Versos.pdf

Cunliffe, A. L.. (2020, janeiro, fevereiro). Reflexividade no ensino e pesquisa de estudos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, 60(1), 64-69. doi: 10.1590/s0034-759020200108

Dias, A. L. F., & Oliveira, L. F. (2018). *Violações de direitos e dano ao projeto de vida no contexto da mineração*. São Carlos: Scienza.

Escobar, A. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In E. Lander (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 133-168). Buenos Aires: Colección Sur-Sur, CLACSO.

Fato, B. (2019, fevereiro 1) Acampamento do MST às margens do Paraopeba sente os | Direitos Humanos. *Brasildefato.com.br*. Recuperado em junho, 03, 2021, em <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/01/acampamento-do-mst-as-margens-do-paraopeba-sente-os-efeitos-do-rompimento-da-barragem>

Freire, P. (2001). *Pedagogia do oprimido* (31st ed.). Paz e Terra.

Fusch, P.I., & Ness, L. (2015). Are We There Yet? Data Saturation in Qualitative Research. *The Qualitative Report*, 20, 1408-1416.

Golstein, R. A; Barcellos, C.; Magalhães, M. A. F.; Gracie, R. V. F. A experiência do mapeamento participativo para a construção de uma alternativa cartográfica para a EFS. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013, n. 18, p. 45-56.

Gudynas, E. (2009, noviembre). Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericano actual. En *Extractivismo, política y sociedad*. (pp 187-225). Quito: CAAP (Centro Andino de Acción Popular) y CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social). Recuperado de: <http://www.redge.org.pe/sites/default/files/2009%20CLAES%20Extractivismo%20Politica%20y%20Sociedad.pdf>

IPEA. *Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras*. Brasília : IPEA, 2015. 240 p

Krenak, A. (2020, 6 novembro). Entrevista: Ailton Krenak. *Brasil de Fato*. Recuperado de: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/06/ailton-krenak-a-mineracao-nao-tem-dignidade-se-pudesse-continuar-escravizando>

Lara, B. (2018, junho 8). Os crimes de Bernardo Paz, idealizador do Inhotim: de grilagem a trabalho infantil. *TheIntercept.com*. Recuperado em junho 02, 2021, em <https://theintercept.com/2018/06/08/crimes-bernardo-paz-do-inhotim/>

Mbembe, Achille. *Necropolítica*. Arte & Ensaios. nº 32. 2016

Neto, J. (2017) Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. 38ª Reunião Nacional da ANPEd. São Luís/MA

Portal, D. (2021). Território e Organizações da Sociedade Civil – Portal Diálogos. *Portaldialogos.org.br*. Recuperado em junho, 01, 2021 em <https://portaldialogos.org.br/territorio-e-organizacoes-da-sociedade-civil/>

Pozzebon, M. (2018, april, june). From aseptic distance to passionate engagement: reflections about the place and value of participatory inquiry. *RAUSP Management Journal*, 53(2), 280-284. doi: 10.1016/j.rauspm.2018.02.002

Pozzebon, M., & Petrini, M. (2013). Critérios para condução e avaliação de pesquisas qualitativas de natureza crítico-interpretativa. *Pesquisa Qualitativa Em Administração: Fundamentos, Métodos e Usos No Brasil, April*, 51–72.

Svampa, M. (2019). As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo. Elefante. 192 p.,

Temper, L., Demaria, F., Scheidel, A., Del Bene, D., & Martinez-Alier, J. (2018, april). The Global Environmental Justice Atlas (EJAtlas): ecological distribution conflicts as forces for sustainability. *Sustainability Science*, 13 (3), 573–584. doi: 10.1007/s11625-018-0563-4

Yilmaz, K. (2013). Comparison of Quantitative and Qualitative Research Traditions: epistemological, theoretical and methodological differences. *European Journal of Education*, 48(2), 311-325.

Zhour, A., & Laschefski, K. (2010). Conflitos ambientais. In A. Zhour & K. Laschefski (Orgs.), *Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação*. (pp. 11-34). Belo Horizonte: Editora UFMG.